

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a Fundação Florestal definiram como uma das metas primordiais para as Unidades de Conservação paulistas, dentre tantas outras, a elaboração e posta em prática dos planos de manejo. Todos que trabalham com unidades de conservação sabem quão importantes são esses instrumentos técnicos, cujo objetivo maior é direcionar as ações a serem encetadas pelos gestores. Para este ator em particular não há documento mais importante, a sua Bíblia.

A demanda era grande, pois apenas uma ou outra UC possuía planos de manejo, que eram elaborados de acordo com o empenho individual ou oportunidades muito pontuais. Não havia diretrizes para o planejamento ou instâncias para o controle e acompanhamento dos processos instituídos. Por outro lado, também não havia esforço para captação de recursos para este mister.

Instituiu-se um Núcleo de Planejamento diretamente ligado à Diretoria Executiva e iniciou-se um trabalho argumentativo junto à Câmara Técnica de Compensações Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente visando a canalização de recursos para os planos de manejo.

Os planos de manejo dos Parques Estaduais do Aguapeí e Rio do Peixe foram elaborados dentro desta política, na perspectiva de que essas áreas, como os demais parques paulistas, estejam a serviço e para o desfrute da sociedade.

Para tanto foram adjudicados recursos de compensação ambiental da Usina CLEALCO Ltda., atreves do Processo SMA 13.679/2003. Esta empresa, de modo muito diligente, contratou uma consultoria com sólida experiência na realização de trabalhos de inventário e monitoramento de aspectos biofísicos da paisagem, a Medusa Biológica e Ambiental, até aquele momento com forte atuação em EIAs, RIMAS e estudos correlatos voltados ao setor produtivo.

Todas as etapas do trabalho estão detalhadas nos planos de manejo original e resumidas neste documento executivo. As atividades andaram céleres, pois ambos os planos foram desenvolvidos concomitantes e concluídos com 18 meses de trabalho efetivo, entre fevereiro de 2008 e julho de 2009. A proximidade entre os dois parques e a dedicação e motivação dos profissionais envolvidos foram fatores auxiliares no cumprimento de prazo tão exíguo.

Aliás, muitas das informações entre os dois planos de manejo são semelhantes pelo simples fato de os ecossistemas protegidos serem extremamente similares e integrantes do 'Pantaninho Paulista', diferenciando-se fundamentalmente no tocante aos rios, a forma e tamanho, a dimensão das fitofisionomias, os aspectos sócio-econômicos e geopolíticos e o zoneamento ambiental.

LOCALIZAÇÃO

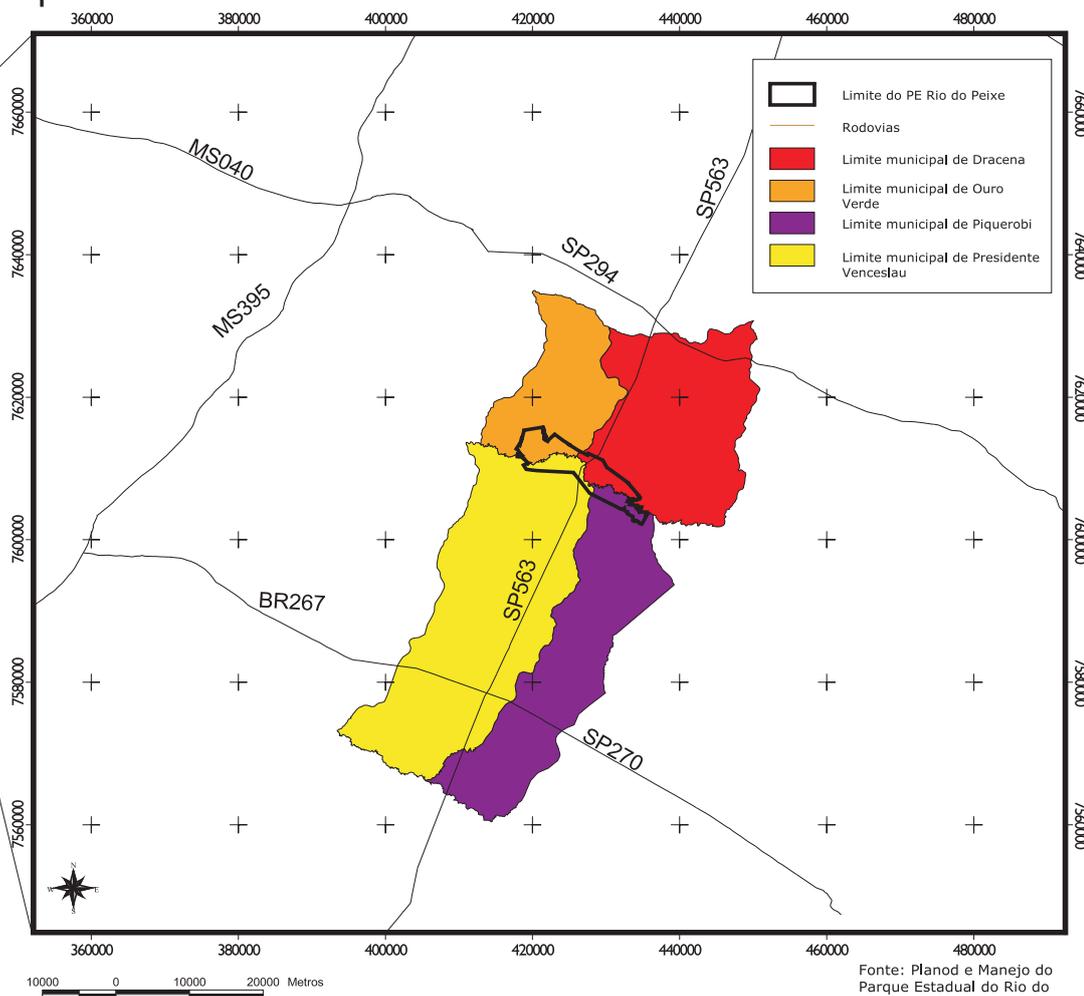
O Parque Estadual do Rio do Peixe localiza-se na região Oeste do Estado de São Paulo, abrangendo os municípios de Ouro Verde, Dracena, Presidente Venceslau e Piquerobi (figura 03).

A principal via de acesso está na Rodovia SP-563 (Integração), ligada às principais cidades da região, através das Rodovias SP-300 (Marechal Rondon), SP-294 (Comandante João Ribeiro de Barros) e SP-270 (Raposo Tavares).

Para quem vem da capital, o trajeto mais apropriado é através da rodovia SP-280 e rodovia SP-327 até o município de Ourinhos, a partir daí pela rodovia SP-270 até Presidente Venceslau, e pela rodovia SP-563 que leva ao PERP. A extensão total do trajeto é de aproximadamente 660 km.



A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS SEDE CORRESPONDE A: 91.738, SEGUNDO O SEADE/2005



O rio do Peixe percorre 49 km no interior da unidade de conservação, constituindo-se na principal via de acesso.

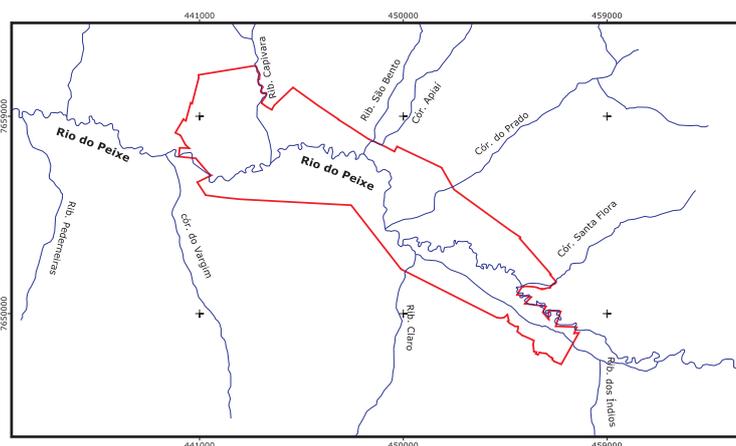


Figura 03
Municípios sede do PERP. No destaque- Rio do Peixe e seus tributários

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

O Parque Estadual do Rio do Peixe (PERP) foi criado pelo Decreto Estadual N 47.095, de 18 de setembro de 2002, com área de 7.720,000 hectares, localiza-se nas coordenadas geográficas S 21° 56' e 22°08' W 52°00'19 e 52°00'03", nos municípios de Ouro Verde, Dracena, Presidente Venceslau e Piquerobi, com população total superior a 90 mil habitantes. Por decisão do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA este Parque será aumentado em mais 2.000 hectares pela Companhia Energética de São Paulo, abarcando parte dos municípios de Junqueirópolis e Ribeirão dos Índios (figura 04).

A região do PERP localiza-se na Província do Planalto Ocidental, com os rios de maior porte mostrando planícies aluviais de dimensões variadas. A presença de rápidos e corredeiras é comum ao longo das principais correntes d'água que cortam a região, estando, geralmente, condicionadas ao embasamento basáltico. No interior do parque predominam as Planícies Aluviais e o relevo de Colinas Amplas aparece em menor proporção, representando os terrenos mais altos adjacentes ao longo dessas planícies.

A região caracteriza-se por clima tropical quente e úmido (com chuvas de verão), e com 1 a 2 meses de estação seca (inverno). Próximo ao rio Paraná, a umidade relativa do ar é maior. A precipitação média anual é de 1.250 mm, e a temperatura média anual superior a 18°C. O mês mais chuvoso é janeiro, com precipitação média de 200 mm, e o mais seco é julho, com precipitação média de 25 mm.

O substrato geológico aflorante na Bacia do rio Rio do Peixe é constituído por rochas vulcânicas e sedimentares da Bacia do Paraná de idade mesozóica e depósitos aluvionares de idade cenozóica. Em relação ao solo, as associações pedológicas mais expressivas na UC são: Gleissolo Háplico, com predominância na área, representando classe distinta de solo de várzea, mas há também Latossolo Vermelho, Argissolo Vermelho, na porção norte.



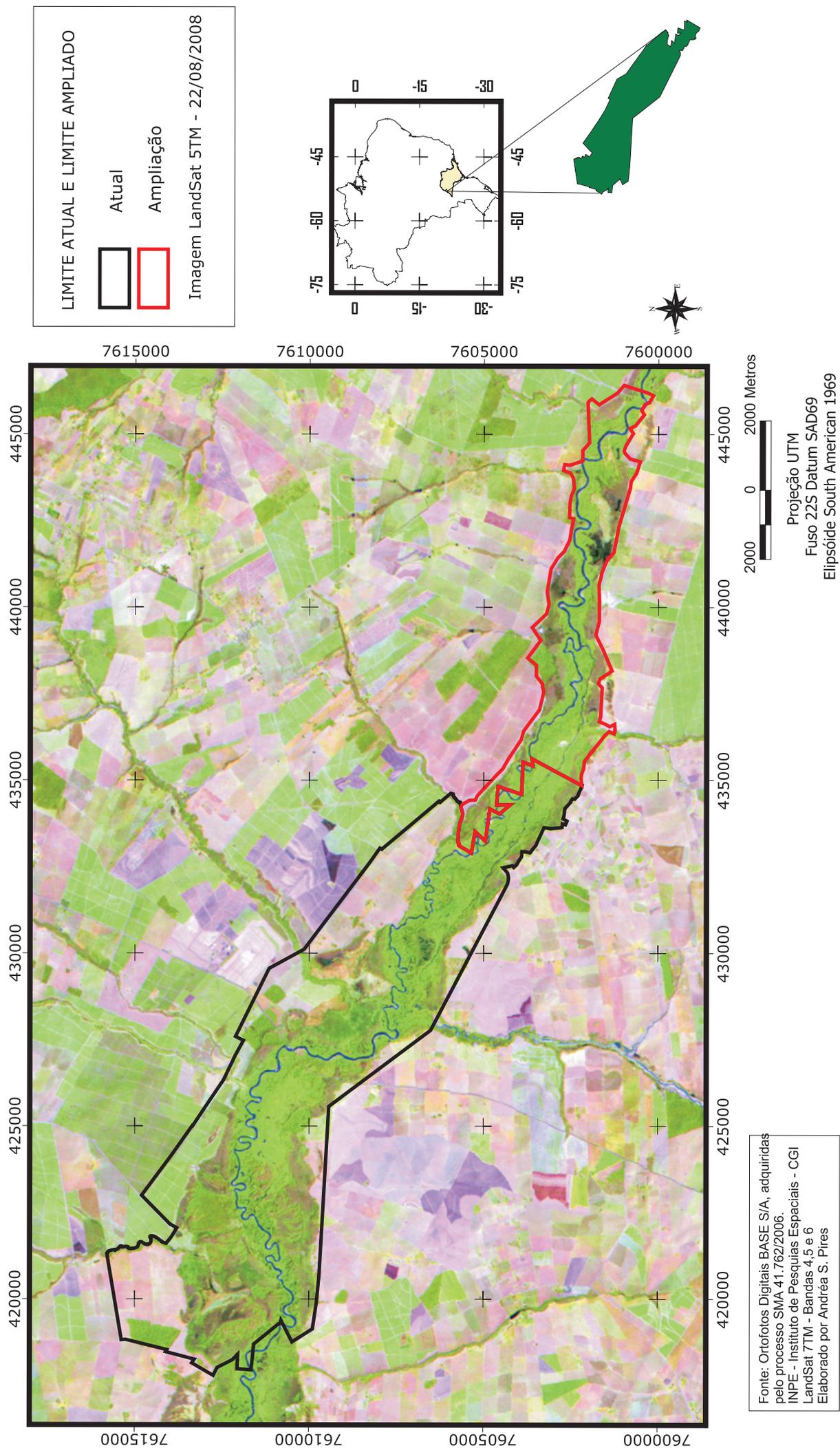


Figura 04 - Ampliação do PERP em 2.000 hectares



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE



Tendo ao Norte a Bacia do Rio Aguapeí, a Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe (UGRHI 21) com área de 9.156 Km², limita-se ao Sul com a Bacia do Rio Paranapanema, a Oeste com o Rio Paraná e a Leste com a Serra dos Agudos e a Serra do Mirante. O Rio do Peixe nasce na Serra dos Agudos, numa altitude de 670 metros, percorrendo uma extensão de 380 Km, desembocando no Rio Paraná a um altitude de 240 metros

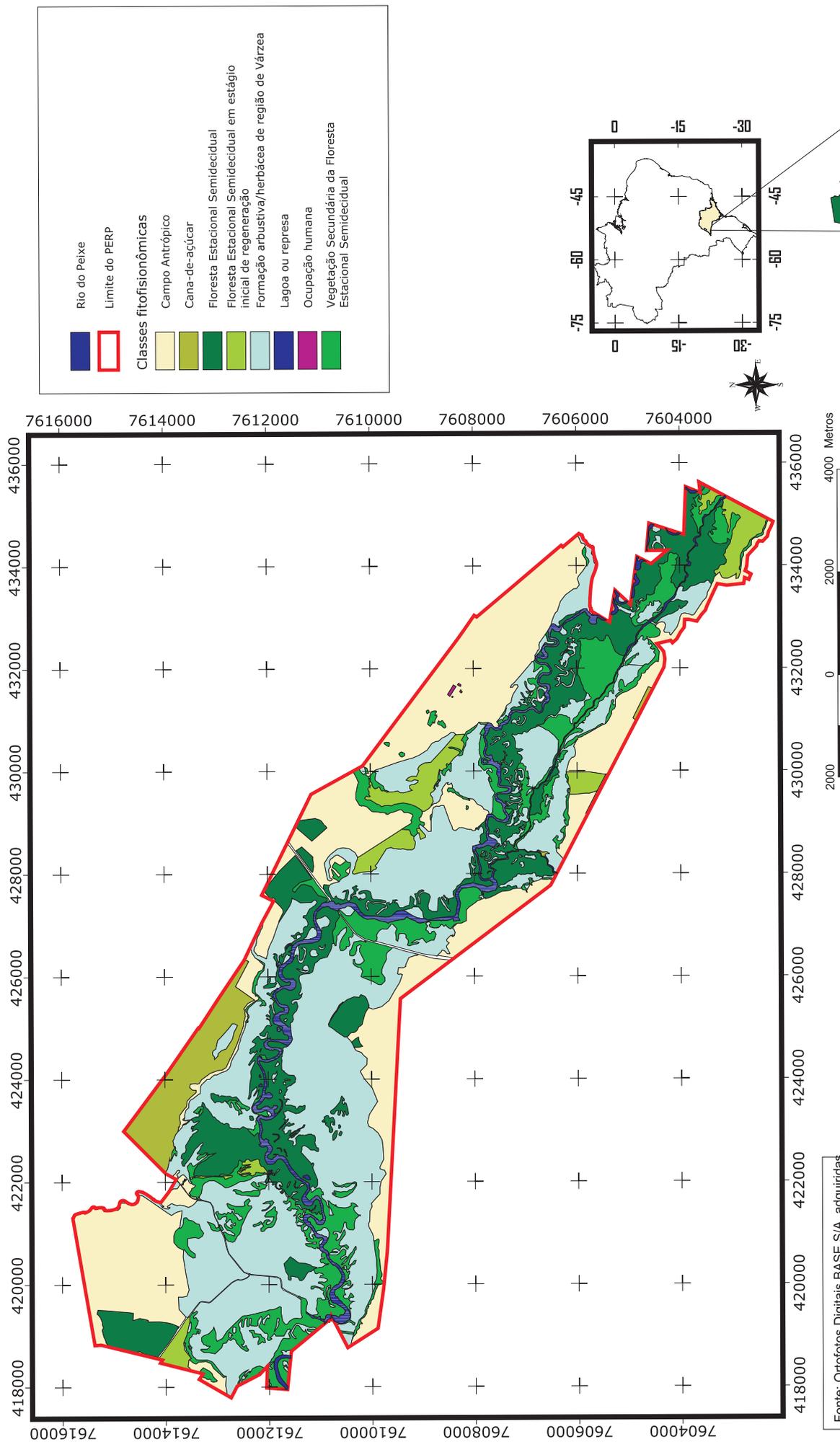
O PERP sofre a influência de 8 (oito) corpos hídricos principais, que deságuam no Rio do Peixe no trecho localizado entre os limites do Parque (considerando a futura área de ampliação), sendo seis localizados a Norte (Ribeirão dos Caingangues, Córrego Santa Flora, Córrego do Prado, Córrego Apiaí, Ribeirão São Bento e Ribeirão da Capivara) e dois Ribeirões localizados a Sul, o Ribeirão Claro e Ribeirão dos Índios.

A vegetação natural do PERP é representada por um mosaico de fitofisionomias em áreas inundáveis e não inundáveis que margeia o rio do Peixe e também por florestas ripícolas associadas a pequenos cursos d'água. A formação Floresta Estacional Semidecidual e seus diferentes estágios de conservação e regeneração representam 2.436,69 hectares da área e as formações vegetais características de várzeas somam 2.293,22 hectares, favorecendo espécies da avifauna aquática típica de áreas úmidas (figura 05).

No entorno do Parque ocorrem pequenos fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual, bem como pastagens plantadas que são resquícios anteriores à criação da UC.

A despeito da evidente fragmentação na área de entorno, estes fragmentos podem ser importantes para garantir a conservação de espécies vegetais e servir de refúgio e sítios de alimentação para a fauna local, além do estabelecimento de corredores florestais, com aumento a conectividade.

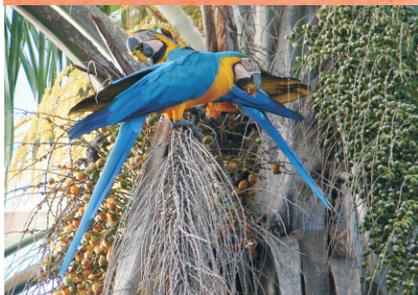




Fonte: Ortofotos Digitais BASE S/A, adquiridas pelo processo SMA 41.762/2006. Landsat 7TM - Bandas 4, 5 e 6 adquiridas no Departamento de Geração de Imagens do INPE - Instituto de Pesquisas Espaciais - 2009
Elaborado por Andréa S. Pires

Figura 05 - Vegetação do PERP





Em levantamento preliminar, foram listadas 37 espécies de mamíferos, distribuídas em 8 ordens e 18 famílias. Destes, 14 pertencem à lista de espécies ameaçadas ou quase ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. No caso da avifauna, 236 foi o número de espécies listadas, das quais, 30 estão inseridas na lista de espécies ameaçadas ou quase ameaçadas. No levantamento da herpetofauna foram identificadas 6 espécies de lagartos, pertencentes a 3 famílias, 24 espécies de anuros distribuídas em 5 famílias, 12 espécies de serpentes pertencentes a 3 famílias e duas espécies de crocilianos, além de um testudinata e uma anphisbaena.

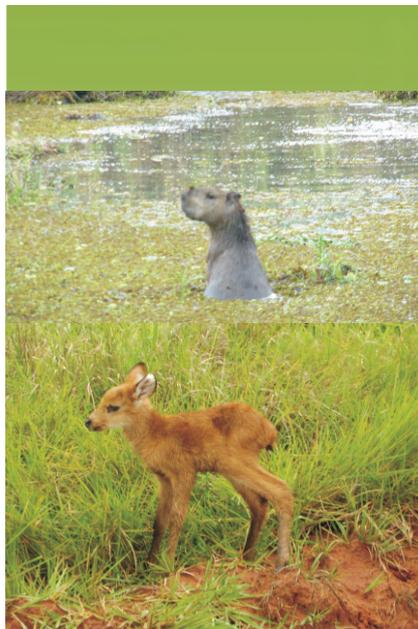
O levantamento preliminar da ictiofauna no Parque Estadual do Rio do Peixe e região de entorno apontou a predominância das Ordens Characiiforme e Siluriforme. Para o grupo dos Characiiformes, foram registradas 11 famílias com 43 espécies, e para os Siluriformes, 23 espécies distribuídas em 8 famílias.

Por sua vez, o cervo-do-pantanal é considerado espécie bandeira do Parque Estadual do Rio do Peixe, que juntamente com o Parque Estadual do Aguapeí representam alguns dos últimos habitats desta espécie no Estado de São Paulo, cuja população está ameaçada de desaparecer num futuro próximo caso não se concretizem as iniciativas para a conservação de amostras de seu habitat original no território paulista.

A situação desta espécie reflete a situação de seu habitat, a várzea, o grande berçário dos rios, e é um exemplo do que vem acontecendo com a espécie em vários Estados onde ocorria originalmente em grande número. Valem ressaltar que no início do século as populações do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) estavam distribuídas por todo o Estado de São Paulo, excetuando-se a região leste (Serra do Mar).



***Blastocerus dichotomus* - espécie bandeira do “Pantaninho Paulista”**



As características geomorfológicas da planície de inundação do Rio Aguapeí favorece a formação de uma intrincada estrutura de lagoas marginais e ambientes lacustres.

Os ambientes lacustres são componentes temporários na paisagem, ou seja, os lagos e lagoas são depressões no terreno que foram enchidas com água, tendendo, ao longo do tempo, a serem preenchidas com sedimentos provenientes do ambiente terrestre. Além do fluxo de sedimentos, existe um fluxo de nutrientes, principalmente de nitrogênio e fósforo, que promovem o aumento da produtividade no ambiente. Esse processo é denominado eutrofização e envolve a passagem do estado oligotrófico (baixa produtividade) para mesotrófico (produtividade média) e eutrófico ou hipereutrófico (alta produtividade).

As lagoas marginais e planícies inundáveis do PERP possuem grande diversidade e abundância de organismos aquáticos, atuando como berçários e habitats permanentes ou temporários. Esses ambientes lacustres estão diretamente associados aos ambientes terrestres adjacentes. Embora parte dos compostos orgânicos presentes nas lagoas seja formada no próprio ambiente aquático, sua origem está predominantemente associada com a decomposição da vegetação terrestre adjacente, e são carregados para o ambiente aquático basicamente por lixiviação do solo.

Essa associação não se restringe aos aspectos abióticos de troca de nutrientes, mas envolve toda a cadeia biológica. Um exemplo claro desta interação refere-se à associação entre a fauna aquática e terrestre, que permite a transferência da energia produzida no ambiente aquático ao longo de toda a cadeia, através da fauna terrestre associada.

No caso do PERP, espécies animais ameaçadas de extinção, como o cervo (*Blastocerus dichotomus*), os jacarés (*Paleosuchus* e *Caiman*) e inúmeras espécies e aves, entre outros, dependem diretamente dos ambientes lacustres, pois estão inseridos na teia alimentar que sustenta a biodiversidade deste ecótono. A diversidade de ambientes e a semelhança com o ecossistema do Pantanal Matogrossense, com abundância de áreas alagadas e alagáveis, torna o Parque Estadual atrativo a um grande número de espécies da avifauna, particularmente espécies associadas a ecossistemas alagáveis, como *Jabiru micteria*, *Mycteria americana*, *Ciconia maguari*, entre inúmeras outras.